

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
PÓS-GRADUAÇÃO EM GÊNERO E DIVERSIDADE NA ESCOLA – LATO SENSU**

**CAMILA DE ALMEIDA MIRANDA**

**O ENSINO DE DIREITOS HUMANOS: DESAFIOS E PERSPECTIVAS**

**BELO HORIZONTE, MG  
FEVEREIRO DE 2016**

**CAMILA DE ALMEIDA MIRANDA**

**O ENSINO DE DIREITOS HUMANOS: DESAFIOS E PERSPECTIVAS**

Monografia apresentada pela discente Camila de Almeida Miranda para o curso de Pós-Graduação em Gênero e Diversidade na Escola/UFMG, sob a orientação do Professor Doutor Marcelo Andrade Cattoni de Oliveira como requisito para obtenção do título de especialista.

BELO HORIZONTE, MG  
FEVEREIRO DE 2016

## AGRADECIMENTOS

“Quando eu deixei de olhar tão ansiosamente para o que me faltava e passei a olhar com gentileza para o que eu tinha, descobri que, de verdade, há muito mais a agradecer do que a pedir. Tanto, que às vezes, quando lembro, eu me comovo. Pelo que há, mas também por conseguir ver” (Ana Jácomo)

Primeiramente agradeço a Deus que, em sua infinita bondade vem me auxiliando, me guiando e me protegendo, me proporcionando sempre muito mais do que eu preciso e mereço.

Agradeço ao tutor que me foi designado pelo GDE, professor mestre Paulo Silva, cujo auxílio foi indispensável para a realização desse trabalho. Suas ponderações foram importantes, desde a delimitação do tema a ser estudado até o incentivo para que eu superasse as dificuldades que foram aparecendo durante a reta final do curso.

Agradeço ao meu orientador, professor Doutor Marcelo Cattoni, a quem sempre admirei mesmo antes de conhecê-lo pessoalmente. Sua postura acessível, inteligência e boa vontade em me apresentar um caminho a ser seguido foram essenciais para que eu conseguisse concluir o meu trabalho.

Agradeço à minha mãe Kátia por ser ela a principal incentivadora de minhas conquistas. Tudo o que me tornei hoje devo ao seu constante apoio que me fizeram acreditar que eu era capaz mesmo quando o restante do mundo tentava me dissuadir de meus objetivos.

Agradeço ao marido Wolfgang pelo companheirismo, pelo apoio, por dividir os seus dias comigo e por tornar minha vida mais leve e mais feliz. Agradeço principalmente por ter compreendido minhas ausências nos encontros familiares e minha necessidade em conciliar tudo que assumi para o ano de 2015.

Agradeço à minha avó Solange, uma grande educadora, por representar verdadeira inspiração em minha prática docente. A convivência desde muito cedo com provas e trabalhos de seus alunos já me daria uma prévia do que seria minha vida em alguns anos. Em uma época em que professores não usavam internet e datashow, cresci vendo-a preparar e ministrar as melhores aulas usando jornais, revistas e livros.

Agradeço aos meus alunos de Governador Valadares e Belo Horizonte por esses dez anos me proporcionando a oportunidade de fazer o que mais gosto na vida: estar à

frente de uma sala de aula, ensinando, mas principalmente, apreendendo. Agradeço também aos meus alunos do telepresencial que enviam dúvidas e mensagens carinhosas. Sou feliz por fazer parte da vida de cada um e por dividir com todos eles o sonho da aprovação em um concurso público.

Agradeço ao Alexandre, da Copiadora Center, sempre prestativo, por diversas vezes me atendendo às seis da manhã, que me auxiliou providenciando a impressão dos artigos que estudei durante a pós-graduação.

Agradeço à equipe do GV Concursos pelos cinco anos de trabalho em conjunto, em que me desenvolvi como pessoa e como profissional. Lá aprimorei minhas aulas e aprendi a produzir apostilas e simulados, preparando-me para os desafios maiores que viriam junto com minha mudança para Belo Horizonte.

Agradeço à equipe do Poupança Jovem, em especial à Telma Salim, por todas as vivências que trabalhar em um projeto social me proporcionou. Agradeço também a direção, funcionários, alunos e professores das Escolas Estaduais Dr. Antônio Ferreira Lisboa Dias, Alexandre Peixoto da Silva e São Francisco de Assis pela cooperação nesses dois anos de trabalho.

Por fim, gostaria de deixar registrado o meu agradecimento a todos os demais professores e tutores do GDE, que não mediram esforços para transmitir conhecimentos, buscando fazer do mundo um lugar mais justo e igualitário para todos os seres humanos.

## RESUMO

O ensino de Direitos Humanos vem evoluindo no Brasil com o advento da Constituição Federal de 1988, que consagrou o Estado Democrático de Direito. Juntamente com o Estatuto da Criança e do Adolescente, a Lei de Diretrizes e Bases e os Parâmetros Curriculares Nacionais, o País hoje possui um conjunto legislativo que estabelece a obrigatoriedade da presença de temas de Direitos Humanos na educação.

Neste sentido, tornou-se necessário indagar quais são os desafios e perspectivas encontrados pelo educador em Direitos Humanos em contextos escolares e não escolares. Buscou-se uma revisão bibliográfica de artigos publicados em periódicos de extrato superior com o propósito de compreender o que já foi escrito sobre tal temática, abordando a educação nos níveis fundamental, médio e universitário.

Estabeleceu-se um parâmetro entre os trabalhos publicados, buscando pontos convergentes e divergentes, com a finalidade de investigar o que vem sendo produzido sobre o ensino de Direitos Humanos no Brasil e o que representa para os professores encarregados de ministrarem esse conteúdo.

**Palavras-chave: Ensino de Direitos Humanos. Educação. Direitos. Direito à Educação.**

## **ABSTRACT**

The teaching of human rights in Brazil has been evolving with the advent of the Constitution of 1988, which established the democratic rule of law. Along with the Statute of Children and Adolescents, the Law of Guidelines and Bases and National Curriculum Guidelines, the country now has a legislative assembly that establishes the obligation of the presence of themes of human rights in education.

In this sense, it became necessary to inquire what are the challenges and prospects encountered by the educator on human rights in school and non-school contexts. Sought a literature review of articles published in top journals extract in order to understand what has been written on this theme by addressing education in primary, secondary and university levels.

Established a parameter in the published works, seeking similarities and the differences, in order to investigate what has been produced on the teaching of human rights in Brazil and how it poses to the teachers in charge of minister this content.

**Keywords: Human Rights Education. Education. Rights. Right to Education.**

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>7</b>
<b>1 APRESENTAÇÃO DO PROJETO DE PESQUISA.....</b>	<b>9</b>
<b>2 CAMINHOS METODOLOGICOS.....</b>	<b>16</b>
<b>3 ARTIGOS ESCOLHIDOS PARA ANALISE.....</b>	<b>18</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>39</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>42</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>44</b>

## INTRODUÇÃO

Trata-se esse trabalho de monografia apresentada ao curso de Gênero e Diversidade na Escola que contempla o tema: Ensino de Direitos Humanos com foco nos desafios e perspectivas encontrados pelo educador responsável por lecionar esse conteúdo em espaços escolares e não escolares.

A escolha do tema partiu da experiência pessoal da pesquisadora que atua como professora em cursos preparatórios para concursos públicos ministrando aulas de Direitos Humanos desde o início de 2009.

A pesquisadora notou que raramente leis relacionadas aos Direitos Humanos são abordadas durante o ensino médio de forma organizada e mesmo em cursos de graduação, onde uma formação compatível com essa temática é exigida, tal conteúdo é, por vezes, negligenciado em cursos como psicologia, pedagogia, serviço social, administração de empresas e licenciaturas em geral.

Ainda no curso de Direito, por vezes, a disciplina de Direitos Humanos corresponde a matéria optativa e, quando obrigatória, se resume a um semestre em que algumas leis e tratados internacionais são expostos, de forma inclusive bastante superficial.

Em suas aulas nos cursos preparatórios, cujos alunos são maiores de idade e em sua maioria integrantes da classe média e média baixa, a pesquisadora constatou a importância que tais leis podem ter no exercício da cidadania, conscientização política e empoderamento de seus alunos, especialmente os que compõem minorias estigmatizadas socialmente, tais como mulheres, negros e homoafetivos.

Por vezes, alunos que assistem às aulas, inicialmente com o objetivo de serem aprovados em um concurso público, relatam situações de sua vida cotidiana em que foram capazes de argumentar e reivindicar direitos, partindo do conhecimento aprendido.

Neste contexto, torna-se necessário repensar acerca do ensino de Direitos Humanos e os desafios e perspectivas a serem enfrentados pelo educador. Este trabalho propõe uma revisão bibliográfica de natureza exploratória através do

levantamento de pesquisas já realizadas sobre o ensino de Direitos Humanos em contextos escolares e não escolares.

Foram escolhidos periódicos especializados de extrato superior (banco de dados Scielo) dos anos de 2010 a 2014. Ao fazer a pesquisa, foram identificados 165 artigos sobre a temática de Direitos Humanos: coleções brasileiras, em língua portuguesa, dentro das áreas temáticas de ciências humanas e ciências sociais aplicadas.

É importante ressaltar que pouco mais de dez artigos faziam referência direta ou indireta ao ensino de Direitos Humanos e todos eles se referiam ao contexto escolar. Não havia, até o momento da elaboração da presente pesquisa, artigos publicados no banco de dados Scielo que faziam referência ao ensino de Direitos Humanos em contexto não escolar (educação básica e ensino universitário).

Posteriormente, buscou-se uma seleção de nove artigos com a temática de ensino de Direitos Humanos e um sobre Direitos Humanos da criança e do adolescente, dentre os quais foram retirados cinco artigos que se referiam exclusivamente ao ensino de Direitos Humanos na educação básica e universidade.

Para o desenvolvimento da pesquisa bibliográfica exploratória, o trabalho foi dividido em introdução, capítulo um (que retoma o projeto inicial), capítulo dois (com informações detalhadas sobre a metodologia utilizada), capítulo três (que apresenta de forma geral os dez artigos pré-selecionados e de forma específica os artigos escolhidos) e conclusão sobre o tema proposto.

Em anexo, seguem três tabelas com apontamentos sobre os primeiros dez artigos selecionados de forma geral e os cinco artigos com informações sobre objetivos, referencial teórico, metodologia, resultados e limites de estudo, de forma sistematizada. Também foram anexados os cinco artigos estudados que possuíam como temática: O Ensino de Direitos Humanos, para maior compreensão das análises. Buscou-se com essa monografia ampliar os conhecimentos na área de estudo, voltando-se para uma reflexão crítica acerca dos desafios e perspectivas encontrados pelo educador em Direitos Humanos.

## 1 APRESENTAÇÃO DO PROJETO DE PESQUISA

O projeto de pesquisa pretendeu abordar, na monografia de conclusão do Curso de Gênero e Diversidade na escola, os temas: Educação, Direitos Humanos, o Ensino de Direitos Humanos, o Papel do Educador.

No que tange à delimitação do estudo, buscou pesquisar sobre os desafios e perspectivas encontrados pelo educador no ensino de Direitos Humanos em espaços escolares e não escolares, através de busca por descritores em sites de busca acadêmicos.

A questão problema que orientou a seguinte pesquisa é: quais são os desafios e perspectivas a serem enfrentados pelo educador no ensino de Direitos Humanos em espaços escolares e não escolares?

A pesquisa trabalhou com a hipótese de que o ensino de Direitos Humanos em contexto escolar e não escolar apresenta grandes desafios e novas perspectivas para o educador, no tocante às lacunas e ausências que precisam ser supridas para que essa modalidade de ensino alcance sua finalidade, que é garantir a dignidade da pessoa humana tal como é estabelecida na Constituição Federal de 1988 e documentos internacionais.

O objetivo geral do trabalho foi compreender quais são os desafios e perspectivas do ensino de Direitos Humanos por meio de uma revisão bibliográfica sistematizada sobre o tema, em sites como Scielo, Google Scholar e Portal Periódicos. Dentre os objetivos específicos, destacam-se: compreender as concepções modernas de educação em Direitos Humanos, analisar quais leis de Direitos Humanos fazem parte dos planos de ensino e projetos político pedagógicos e identificar o lugar.

No que tange à justificativa, a importância desse trabalho consiste em ser necessário se construir novos parâmetros de educação em Direitos Humanos, com o objetivo de se suprimir lacunas, identificar ausências e contribuir para a formação de alunos cientes da noção de cidadania e democracia.

Ao pesquisar o que já foi conquistado no tocante ao estudo dos Direitos Humanos, é possível identificar quais desafios ainda precisam ser superados e qual é o

papel que cabe ao educador da atualidade nesse processo, visando sempre a formação, emancipação e empoderamento dos educandos.

O procedimento metodológico consistiu em revisão bibliográfica sobre o ensino de Direitos Humanos, através do levantamento de pesquisas já realizadas. Foram utilizados sites de busca acadêmicos onde foram apontadas como palavras-chave: ensino, Direitos Humanos, formação.

Foram escolhidos no máximo cinco artigos e montada uma tabela com o resumo de suas informações básicas (área de abrangência, ano, autores e título). Posteriormente, foram expostas a relação entre os objetivos do ensino de Direitos Humanos, bem como seus desafios e perspectivas a serem enfrentados pelo educador.

Sobre o conceito de pesquisa bibliográfica:

“A pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Embora em quase todos os estudos seja exigido algum tipo de trabalho desta natureza, há pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas. Boa parte dos estudos exploratórios pode ser definida como pesquisas bibliográficas” (GIL, 2008, p.50).

Justifica-se a importância de investigações realizadas através de revisão bibliográfica por tratar-se de pesquisa do tipo exploratória, que oferece ao pesquisador panorama geral do que vem sendo escrito sobre o tema escolhido, possibilitando a ele elaborar um estudo visando reconhecer o que já foi feito e delimitar caminhos que ainda necessitam de serem traçados.

No suporte teórico, considera-se o marco da consolidação dos Direitos Humanos no mundo a proclamação, em 1948, após a Segunda Guerra Mundial, pela assembléia geral da Organização das Nações Unidas, da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Dentre os principais dispositivos inseridos para proteção, destaca-se na Declaração Universal, em seu artigo 2º:

“Todo o homem tem capacidade para gozar os direitos e as liberdades estabelecidos nesta Declaração sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento, ou qualquer outra condição” (ONU, 1948, p.2)

Assim, só podemos dizer que o ser humano está sendo respeitado em sua plenitude quando ele tem igual acesso aos direitos garantidos aos seus semelhantes, independente de qualquer discriminação, sendo sua dignidade enquanto ser humano, concretizada.

A dignidade dos seres humanos é um princípio que tanto está presente na Constituição Federal, artigo 1º, III: “A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos: [...] a dignidade da pessoa humana (BRASIL, 1988)”, além de estar prevista em muitas outras leis que garantem à proteção do ser humano em âmbito nacional e internacional.

Os direitos inerentes à pessoa humana só podem sofrer limites se fundamentados nas leis e sempre com o objetivo de preservar outros direitos igualmente garantidos pela Constituição e demais legislação nacional e internacional. Neste contexto, o educador em Direitos Humanos cumpre um importante papel já que apresenta aos seus educandos aqueles direitos que lhes são mais básicos, mais primários, sem os quais não é possível exercer sua cidadania.

A principal característica da dignidade da pessoa humana, enquanto princípio, é o fato de que, conforme já mencionado no artigo 2º da Declaração Universal dos Direitos Humanos e no artigo 1º, III, da Constituição Federal de 1988, ela deve ser para todos, por ser universal, tornando, portanto, a universalidade como um de seus aspectos mais significativos:

“Universalidade porque clama pela extensão universal dos direitos humanos sob a crença de que a condição de pessoal é o único requisito para titularidade de direitos, considerando o ser humano como um ser essencialmente moral, dotado de unicidade existencial e dignidade, esta como valor intrínseco à condição humana. Isso porque todo ser humano tem uma dignidade que lhe é inerente, sendo incondicionada, não dependendo de qualquer outro critério, senão ele ser humano. O valor da dignidade humana, incorporado pela Declaração Universal de 1948, constitui o norte e o lastro ético dos demais

instrumentos internacionais de proteção dos direitos humanos. Todos eles introjetam, no marco do positivismo internacional dos direitos humanos, a dignidade como um valor fundante” (PIOVESAN e CARVALHO, 2010, p.06).

Como se vê, para ser titular de direitos humanos e ter sua dignidade preservada, não é necessária nenhuma característica individual da pessoa ou do Estado onde ela se encontra, mas tão pura e simplesmente o fato de ter nascido um ser humano, sem restrições.

Por vezes, um indivíduo tem seus Direitos Humanos ignorados e tolhidos por seus semelhantes ou mesmo por arbítrio estatal, sem se dar conta, simplesmente por desconhecimento, por não saber que esses direitos são garantidos por leis e, portanto, devem ser respeitados.

Ainda sobre o conceito de dignidade, para Plácido e Silva:

“O termo dignidade é derivado do latim dignitas (virtude, honra, consideração), em regra se entende a qualidade moral, que, possuída por uma pessoa, serve de base ao próprio respeito em que é tida. Compreende-se também com o próprio procedimento da pessoa, pelo qual se faz merecedor do conceito público. Mas, em sentido jurídico, também se entende como a distinção ou honraria conferida a uma pessoa, consistente em cargo ou título de alta graduação. No Direito Canônico, indica-se o benefício ou prerrogativa decorrente de um cargo eclesiástico” (SILVA, 1967, p. 526)

Minorias são grupos socialmente vulneráveis que, por isso mesmo, carecem de proteção estatal. Em um estado democrático de Direito toda pessoa deve ter sua dignidade respeitada, especialmente as minorias, naturalmente já excluídas do pleno convívio social devido às suas particularidades, a exemplo de mulheres e negros. Neste contexto, a educação tem papel fundamental na consolidação do estado democrático.

Conforme Paulo Freire:

“Você, eu, um sem-número de educadores sabemos todos que a educação não é a chave das transformações do mundo, mas sabemos também que as mudanças do mundo são um que fazer educativo em si mesmas. Sabemos que a educação não pode tudo, mas pode alguma coisa. Sua força reside exatamente na sua fraqueza. Cabe a nós pôr sua força a serviço de nossos sonhos”. (FREIRE, 1991, p. 126)

Aqui não está sendo exposta somente a educação formal, aquela educação cujos educandos se limitam a memorizar e reproduzir conteúdos para serem aprovados no ano letivo. A educação em direitos humanos tem o caráter formativo, visa preparar o educando para a vida social, para exigir que seus direitos sejam cumpridos e respeitados.

Sobre o papel da educação, Freire completa:

“ [...] é preciso que a educação esteja - em seu conteúdo, em seus programas e em seus métodos - adaptada ao fim que se persegue: permitir ao homem chegar a ser sujeito, construir-se como pessoa, transformar o mundo, estabelecer com os outros homens relações de reciprocidade, fazer a cultura e a história [...] uma educação que liberte, que não adapte, domestique ou subjugue”. (FREIRE, 2006, p. 45)

De nada adianta pensarmos em educação se ela não superar a antiga concepção de que a escola é um local voltado para a transmissão de conhecimentos que o aluno irá (ou não) precisar ao longo da vida. Alçar a escola a um espaço democrático de exercício da igualdade e da dignidade é o primeiro passo para promover o respeito à diversidade no ambiente escolar.

Assim, Paulo Freire ao conceituar o papel da verdadeira escola democrática ensina:

“Uma escola democrática em que se pratique uma pedagogia da pergunta, em que se ensine e se aprenda com seriedade, mas em que a seriedade jamais vire sisudez. Uma escola em que, ao se ensinarem necessariamente os conteúdos, se ensine também a pensar certo. (FREIRE, 1991, p. 24)”

Entende-se que a escola democrática é aquela onde os educandos são ensinados a pensar, a refletir criticamente sobre suas realidades, aprendem a posicionarem-se contra ideologias que discriminam e maltratam os menos favorecidos, tais como negros, mulheres e homoafetivos.

Alinhar as práticas pedagógicas a estratégias de consolidação da ética e da cidadania da escola exige preparo, mas muitas vezes também, boa vontade por parte do educador, conforme lecionou Paulo Freire:

“O respeito à autonomia e à dignidade de cada um é um imperativo ético e não um favor que podemos ou não conceder uns aos outros. Precisamente porque éticos podemos desrespeitar a rigorosidade da ética e resvalar para a sua negação, por isso é imprescindível deixar claro que a possibilidade do desvio ético não pode receber outra designação senão a de transgressão” (FREIRE, 2006, p.35).

Pensar em ensino de Direitos Humanos é pensar acerca de uma educação voltada para o fortalecimento da dignidade e da diversidade, é transmitir aos educandos conhecimentos que serão úteis na hora de exercerem seu papel em nossa sociedade democrática.

Ainda sobre o papel do educador no combate às discriminações (tais como de gênero, raça e orientação sexual), Paulo Freire continua:

“Qualquer discriminação é imoral e lutar contra ela é um dever por mais que se reconheça a força dos condicionamentos a enfrentar. A boniteza de ser gente se acha, entre outras coisas, nessa possibilidade e nesse dever de brigar. Saber que devo respeito à autonomia e à identidade do educando exige de mim uma prática em tudo coerente com este saber”. (FREIRE, 2006, p.35)

E ainda completa:

“A responsabilidade do professor, de que às vezes não nos damos conta, é sempre grande. A natureza mesma de sua prática eminentemente formadora, sublinha a maneira como a realiza, sua presença na sala é de tal maneira exemplar que nenhum professor ou professora escapa ao juízo que dele ou dela fazem os alunos. E o pior talvez dos juízos é o que se expressa na "falta" de juízo. O pior juízo é o que se considera o professor uma ausência na sala”. (2006, p.35).

Nota-se, portanto, a importância que o educador exerce na consolidação dos Direitos Humanos na escola, na consolidação da diversidade e da dignidade, no

respeito aos grupos discriminados e na promoção de uma prática educativa compatível com os fins que a educação quer alcançar.

Assim, é necessário refletir quais são os novos desafios e perspectivas a serem enfrentados no ensino de Direitos Humanos, lembrando que o espaço a ser pesquisado não se limita ao espaço escolar, mas envolve todo e qualquer contexto em que a prática educativa pode ser realizada.

## 2 CAMINHOS METODOLOGICOS

Na construção desse trabalho foi utilizada, como método, a pesquisa bibliográfica do tipo exploratória. A escolha do levantamento bibliográfico se deu em razão de tal modalidade de pesquisa representar importante contribuição científica em qualquer área do conhecimento.

Neste sentido:

“A pesquisa exploratória proporciona maior familiaridade com o problema (explicitá-lo). Pode envolver levantamento bibliográfico, entrevistas com pessoas experientes no problema pesquisado. Geralmente, assume a forma de pesquisa bibliográfica e estudo de caso” (GIL, 2008, p.42).

Corroborar-se do entendimento de que, ao analisar o que já foi produzido e publicado em determinada área do conhecimento, é possível utilizar o produto das pesquisas para incentivar mudanças e intervir no contexto social em que se vive. Assim:

“Pode-se afirmar, então, que realizar um levantamento bibliográfico é se potencializar intelectualmente com o conhecimento coletivo, para se ir além. É munir-se com condições cognitivas melhores, a fim de: evitar a duplicação de pesquisas, ou quando for de interesse, reaproveitar e replicar pesquisas em diferentes escalas e contextos; observar possíveis falhas nos estudos realizados; conhecer os recursos necessários para a construção de um estudo com características específicas; desenvolver estudos que cubram lacunas na literatura, trazendo real contribuição para a área de conhecimento; propor temas, problemas, hipóteses e metodologias inovadoras de pesquisa; otimizar recursos disponíveis em prol da sociedade, do campo científico, das instituições e dos governos que subsidiam a ciência” (GALVÃO, 2010, p.377).

Buscou-se no portal acadêmico Scielo periódicos de extrato superior (já que o veículo escolhido condiciona a qualidade dos trabalhos apresentados) que continham artigos com a temática dos direitos humanos.

Foram selecionados 165 artigos de forma genérica, posteriormente chegou-se a dez sobre Educação em Direitos Humanos e foram coletados cinco de forma específica que abordavam a temática de direitos humanos no contexto escolar, sendo que apenas um se refere ao ensino universitário.

A intenção desse procedimento foi verificar quais são os desafios enfrentados pelo educador que se ocupa do ensino de Direitos Humanos e quais perspectivas essa disciplina oferece para educadores e educandos, visando identificar falhas e propor soluções para eventuais lacunas existentes.

### 3 ARTIGOS ESCOLHIDOS PARA ANALISE

O primeiro artigo dos cinco escolhidos para análise e revisão bibliográfica foi “Pedagogia Crítica e Direitos Humanos: fundamentos para uma proposta pedagógico-crítica em Direitos Humanos” de Maria Elizete Guimarães Carvalho e Carlos Alberto Vilar Estêvão.

O trabalho teve o propósito de “discutir um fundamento teórico-crítico para a Educação em Direitos Humanos buscando novas formas de investigação e análise de sua compreensão, apropriando-se de conceitos críticos como conscientização, autonomia e emancipação” (CARVALHO; ESTÊVÃO, 2013, p.405).

Os autores iniciam o artigo lembrando as dificuldades encontradas para trabalhar com Direitos Humanos em contexto universitário e escolar, principalmente na educação de jovens e adultos. Para eles, existem limites e fragilidades que acabam por apresentar uma indefinição de uma teoria pedagógica que ofereça o devido suporte ao ensino de Direitos Humanos.

Explicam, ainda, que tal sentimento não é isolado:

“Queremos esclarecer que esse sentimento ou percepção de carência teórica para alicerçar a prática educativa em Direitos Humanos não é um sentimento isolado, encontrando-se manifesto em autores como, por exemplo, Magendzo (2012), que na carta de apresentação de seu artigo Pedagogía crítica y educación en derechos humanos enfatiza as sérias carências na pedagogia que deveria orientar a tarefa educativa em Direitos Humanos (CARVALHO; ESTÊVÃO, 2013, p. 406).

Optaram por buscar, junto à Teoria e Pedagogia Crítica, um fundamento teórico-pedagógico para a educação em Direitos Humanos; levantam questionamentos sobre as preocupações que envolvem professores e professoras que orientam seu trabalho para o ensino de Direitos Humanos, incitando uma reflexão sobre as perspectivas, abordagens, fundamentos e conceitos necessários para nortear esse ensino.

Para eles:

“A Teoria e as Pedagogias Críticas compreendem o conhecimento como processo, fomentam trocas sociais e culturais, permitindo o desvelamento de mecanismos e estruturas de poder (social, política, econômica, cultural e educacional), desenvolvendo-se e atuando para “obter uma compreensão mais sofisticada do mundo e do ato educativo”, não devendo “perder nunca de vista que sua preocupação fundamental é o sofrimento humano”. (KINCHELOE apud CARVALHO; ESTÊVÃO, 2013, p.408)”.

Dentre os autores que fundamentam referências da Teoria e Pedagogia Críticas, destacam-se, no artigo analisado ANDRADE (2006), FREIRE (1993, 1994, 2000, 2002, 2004, 2011), GIROUX (1983), KINCHELOUE (2008), MACLAREN E OUTROS (2008) SILVA (1999 e 2010).

Após breve análise da Teoria e da Pedagogia Crítica, os autores chegam a conclusão que:

“Considerando as condições atuais da existência humana e os desafios de uma nova era [...] em que a miséria, a opressão e a exclusão assumiram uma outra face ou se transmutaram, mas que massacram, desumanizam os miseráveis do mundo, é preciso refletir sobre que opção pedagógica assumir, pôr em prática. Compreendemos que para esse novo contexto, faz-se necessária uma proposta pedagógica que envolva os saberes das populações subjugadas e reprimidas em um movimento interativo com perspectivas, saberes, conhecimentos sistematizados importantes tanto para a prática pedagógica como para a ação política. Uma proposta que ensine a elaboração de novas questões e de novas estratégias que tornem possíveis não só a compreensão desse contexto, mas também uma ação consciente para melhorá-lo. Uma proposta que abranja a articulação entre o social e o individual, entre o macro e o micro, entre o eu e o outro, desenvolvendo alternativas para um comportamento fraterno entre os povos” (CARVALHO; ESTÊVÃO, 2013, p.413).

Na visão dos autores, uma proposta pedagógica adequada deve priorizar os saberes necessários para a conscientização política dos desfavorecidos, visando uma melhor compreensão do contexto em que vivem e também a proposta de alternativas para uma melhor convivência harmônica entre todos os povos.

Sobre a articulação entre Pedagogia Crítica e o ensino de Direitos Humanos, os autores propõe questionamentos:

“Nessa perspectiva, e buscando refletir sobre os contributos da Teoria e da Pedagogia Críticas, sobre a forma de como esses marcos conceituais podem iluminar a prática educativa em Direitos Humanos, temos um questionamento latente desde o início da discussão: em que sentido os princípios que alicerçam a Pedagogia Crítica se articulam com os princípios de Direitos Humanos, tendo em vista que os Direitos Humanos são processos, movimentos sociais e educacionais pela vida e pela continuidade/construção da vida com dignidade? Assim sendo, em que sentido a Pedagogia Crítica pode contribuir para orientar práticas educativas de inclusão e de justiça social?” (CARVALHO; ESTÊVÃO, 2013, p.413).

Os autores concluem essa linha de raciocínio traçando constatações interessantes, tais como a constante necessidade de reformulação dos pensamentos e apontando como a obra de Paulo Freire apresenta um norte significativo, já que sua obra, mesmo não podendo ser considerada perfeita, é atemporal em se tratando de Pedagogia Crítica e educação.

Importante ressaltar que uma obra é produto de seu contexto histórico, representa as aflições dos homens da época, mas ainda assim, quando transportada para os dias atuais, Paulo Freire (1991) ainda traz críticas pertinentes, a exemplo da educação utilizada como instrumento das classes dominantes para perpetuar sua condição.

Todavia, é apontado sobre como a educação pode representar um meio de se estabelecer o pensamento crítico, colocando o educando para repensar sobre sua condição, colocando-se como protagonista de uma nova história que ele está apto a escrever. Nesse sentido, o professor cumpre o seu mais importante papel de desenvolver habilidade e estabelecer reflexões, sempre de forma conjunta com o aluno.

Portanto:

“A Educação em e para os Direitos Humanos exige a compreensão da realidade micro e macro, sua análise crítica, o entendimento de processos interdisciplinares que integram vários campos do conhecimento, a preparação de uma base teórica para a ação e intervenção social [...] Nesse sentido, o pressuposto da politicidade implica na consciência política que conduz a ação em termos concretos. O processo de politização em Direitos Humanos conforma a aprendizagem “da pronúncia do mundo”, empoderando a vítima da compreensão da dominação e das possibilidades de emancipação, ou seja, como pode intervir na realidade para modificar sua situação de dominado. Ao convidar professores e estudantes para serem alfabetizados políticos, Freire

transpõe seu momento histórico, contemplando todas as formas de dominação”. (CARVALHO; ESTÊVÃO, 2013, p.415).

Os autores também destacam a importância da formação do educador para se materializar a concepção de Educação em Direitos Humanos. Assim:

“A dimensão crítica da EDH exige formação pedagógica desses profissionais que deve ser orientada por fundamentos teórico-metodológicos críticos, tendo em vista que alunos e alunas possam tornar-se profissionais críticos, comprometidos com os DH. Na verdade, a preocupação é bem maior com o domínio de conteúdos, técnicas e disciplina [...] O trabalho do educador exige esse conhecimento, faz parte de sua postura ética, política e social. A abertura ao outro, aos seus saberes e práticas sociais enriquece as alternativas de problematização do conhecimento, pela utilização de um diálogo que diga respeito a questões concretas, vitais. Nesse contexto, o papel do professor é fundamental, trabalhando teoria e prática de modo integrado, para que o conhecimento torne-se crítico e emancipatório. Ora, se as necessidades podem ser construídas, podem também ser desfeitas e reconstruídas de acordo com as preocupações do sujeito que se quer emancipar” (CARVALHO; ESTÊVÃO, 2013, p.423).

Os autores enfocam a compreensão de que existem interfaces, intersecções entre a Pedagogia Crítica e a EDH que precisam ser consideradas e analisadas. Ainda vislumbram a possibilidade de “trabalhar a EDH, considerando princípios, saberes e práticas da Pedagogia Crítica, relevantes para a construção do sujeito de direitos” (CARVALHO; ESTÊVÃO, 2013, p.427).

Concluindo, este artigo mostra, principalmente, a importância da concepção pedagógica Freireana para a efetivação de uma proposta de se trabalhar DH na universidade e educação básica.

O segundo artigo analisado foi “Direito à Educação, Diversidade e Educação em Direitos Humanos” de Vera Maria Ferrão Candau. De todos os artigos pesquisados, Candau é hoje a principal representante teórica no Brasil de Educação em Direitos Humanos, possuindo, inclusive, obras de sua autoria publicadas e organizadas sobre o tema.

Em comum com o artigo anterior, destaca-se o suporte na Teoria Crítica. Articula sua discussão na tensão entre os conceitos de igualdade e diferença. Aborda, principalmente, a educação em Direitos Humanos como componente do direito à educação, em um sentido de acesso à educação tal qual elencada na Carta Magna.

Já na introdução de seu trabalho, a autora expõe a necessidade de se pensar os Direitos Humanos:

“A questão dos direitos humanos constitui um dos eixos fundamentais da problemática das sociedades contemporâneas. Do plano internacional ao local, das questões globais às da vida cotidiana, os direitos humanos atravessam nossas preocupações, buscas, projetos e sonhos. Afirmados ou negados, exaltados ou violados, eles fazem parte da nossa vida individual, comunitária e coletiva” (CANDAUI, 2012, p.716).

Destaca, também, a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 como importante instrumento em âmbito internacional para consolidação desses direitos e no plano nacional reconhece o avanço que representou a Constituição Federal de 1988:

“[...] a partir da Constituição de 1988, denominada Constituição Cidadã, que incorporou fortemente a afirmação dos direitos humanos, o Estado brasileiro tem feito um esforço sistemático orientado à defesa e proteção dos direitos fundamentais e, respondendo em muitas ocasiões às demandas de diferentes movimentos sociais, vem ampliando progressivamente a inclusão de novos temas em suas preocupações. Hoje possuímos um significativo conjunto normativo e de políticas públicas centradas na proteção e promoção dos direitos humanos” (CANDAUI, 2012, p.717).

Sobre as novas tendências do estudo no ensino de Direitos Humanos, a autora afirma que “a luta pelos direitos humanos tem estado protagonizada pela busca da afirmação da igualdade entre todos os seres humanos” (CANDAUI, 2012, p.718).

Ela considera ainda “que na contemporaneidade é possível detectar uma nova perspectiva em relação à problemática dos direitos humanos [...] em que as questões

relativas à diversidade vêm adquirindo cada vez mais relevância” (CANDAU, 2012, p.718).

Os principais referenciais teóricos que a autora expõe ao longo de seu estudo são: BASOMBRIO (1992), CANDAU; SACAVINO (2000, 2009, 2010), HADDAD; GRACIANO (2004), PIOVESAN (2006) e SANTOS (1997, 2003, 2006).

Destacam-se Flávia Piovesan, um dos principais nomes contemporâneos da doutrina de Direitos Humanos e Boaventura de Souza Santos, defensor do multiculturalismo, cujo pensamento da autora por vezes encontra-se alinhado com tal teoria. Assim:

“A efetiva proteção dos direitos humanos demanda não apenas políticas universalistas, mas específicas, endereçadas a grupos socialmente vulneráveis, enquanto vítimas preferenciais da exclusão. Isto é, a implementação dos direitos humanos requer a universalidade e indivisibilidade desses direitos, acrescidos do valor da diversidade [...] Ao lado do direito à igualdade, surge, também, como direito fundamental, o direito à diferença. Importa o respeito à diferença e à diversidade, o que lhes assegura um tratamento especial” (PIOVESAN apud CANDAU, 2006, p.719).

Basicamente Candau compartilha do entendimento de que, enquanto universais, os Direitos Humanos devem ser destinados para todos os povos, porém, devem ser criados mecanismos de proteção para grupos específicos, que apresentam situação de vulnerabilidade social.

Portanto, é importante estabelecer um paralelo entre a igualdade (que se busca nos Direitos Humanos) e a diferença (como carecedora de concessão de direitos voltados para a diversidade – que ela estabelece como um conceito chave).

Para ela, essas idéias acabam por atravessar o direito à educação e a educação em Direitos Humanos na medida em que é importante aprofundar esses conceitos não apenas à luz da escolarização (como atualmente vem sendo realizado) mas em uma perspectiva mais abrangente.

Como se vê:

“Conceber a Educação como Direito Humano diz respeito a considerar o ser humano na sua vocação ontológica de querer “ser mais”, diferentemente dos outros seres vivos, buscando superar sua condição de existência no mundo. Para tanto, utiliza-se do seu trabalho, transforma a natureza, convive em sociedade. Ao exercitar sua vocação, o ser humano faz História, muda o mundo, por estar presente no mundo de uma maneira permanente e ativa. A educação é um elemento fundamental para a realização dessa vocação humana. Não apenas a educação escolar, mas a educação no seu sentido amplo, a educação pensada num sistema geral, que implica na educação escolar, mas que não se basta nela, porque o processo educativo começa com o nascimento e termina apenas no momento da morte do ser humano. Isto pode ocorrer no âmbito familiar, na sua comunidade, no trabalho, junto com seus amigos, nas igrejas, etc. Os processos educativos permeiam a vida das pessoas. Os sistemas escolares são parte deste processo educativo em que aprendizagens básicas são desenvolvidas. Ali, conhecimentos essenciais são transmitidos, normas, comportamentos e habilidades são ensinados e aprendidos. Nas sociedades modernas, o conhecimento escolar é quase uma condição para sobrevivência e bem estar social” (HADDAD apud CANDAU, 2012, p.720).

É válido pensar no ensino de Direitos Humanos como não restrito ao contexto escolar, mas sim algo a ser pensado (e repensado) em todas as instituições sociais, inclusive na família e na Igreja.

Para a autora, a educação em Direitos Humanos: “Deve ter como horizonte a construção de uma cidadania participativa, a formação de sujeitos de direito, o desenvolvimento de uma vocação humana e de todas as pessoas nela implicadas” (CANDAU, 2012, p. 721).

E exemplifica, reforçando a idéia de diversidade (tratar de forma adequada as diferentes peculiaridades dos seres humanos, tais como raça, gênero, orientação sexual, religião e etnia):

“Políticas de ação afirmativa, escola inclusiva, introdução da história e cultura afro-brasileira, africana e indígena nos currículos escolares, educação quilombola, educação no campo, educação intercultural indígena, elaboração de materiais pedagógicos para o enfrentamento da homofobia, do sexismo, do racismo no ambiente escolar, entre outros, são alguns exemplos do desenvolvimento desta perspectiva. Estas iniciativas vêm provocando muitos debates entre educadores e na sociedade em geral. Políticas de igualdade e de reconhecimento da diversidade referidas à educação escolar parecem, algumas vezes, estar em contraposição e, em outras, se desenvolver através de

movimentos justapostos, sem a necessária articulação"! (CANDAU, 2012, p.722).

Nesse sentido, torna-se necessário promover o adequado tratamento para a educação em Direitos Humanos, de forma que se compreenda como tais questões relacionadas à diversidade estão entrelaçadas. Só é possível alcançar a verdadeira igualdade quando se considera a diferença como um fato de exclusão entre indivíduos.

Candau cita, ainda, as Diretrizes Nacionais do ensino de Direitos humanos, também estudados por ela, que em seus princípios expõe a dignidade humana, a igualdade de direitos, o reconhecimento e valorização das diferenças e diversidades, a laicidade do Estado, a democracia na educação, a transversalidade, vivência, globalidade e a sustentabilidade socioambiental.

E mostra que:

“[...] foi sendo assumida a perspectiva que considera a educação em direitos humanos como um componente do direito à educação e elemento fundamental da qualidade da educação que desejamos promover. Sendo assim, essas duas preocupações se entrelaçam na busca da construção de uma educação comprometida com a formação de sujeitos de direito e a afirmação da democracia, da justiça e do reconhecimento da diversidade na sociedade brasileira” (CANDAU, 2012, p.724).

Em alguns momentos no texto a autora assume uma postura um pouco pessimista no que tange a forma como a diversidade vem sendo tratada. O simples reconhecimento da diversidade não garante de fato que se efetive a promoção da igualdade de gênero, raça, cor, etnia, religião e orientação sexual.

Porém, a existência de documentos nacionais e internacionais que garantem a promoção dos Direitos Humanos, e até especificamente, se articulam com o ensino de Direitos Humanos já representa um avanço, considerando momentos recentes da história da humanidade.

A Constituição democrática de 1988 já representa um avanço significativo, se a avaliarmos à luz do contexto em que surgiu: o país lutava para se libertar de uma longa

ditadura. Além disso, leis como a Lei de Diretrizes e Bases e os Parâmetros Curriculares Nacionais.

Destaca-se a preocupação da autora com a formação pedagógica dos educadores no ensino de Direitos Humanos, realmente muito importante, já que não é possível levar para a sala de aula conhecimentos que o professor não domina.

O artigo é encerrado com uma mensagem importante sobre os Direitos Humanos “podem ser concebidos a partir de diferentes marcos teórico-políticos. Defendemos a perspectiva que considera que a articulação entre direitos da igualdade e direitos da diferença é uma exigência do momento atual” (CANDAU, 2012, p.725).

O terceiro artigo em estudo é o “Cidadania e Direitos Humanos na Formação Universitária”, de José Vaidergorn – único dos artigos encontrados no Scielo que se refere exclusivamente ao ensino da disciplina na formação superior.

Além de fazer uma revisão bibliográfica, o autor comenta de forma mais específica duas obras (sendo que na primeira obra ele seleciona dois textos) que se referem à educação em Direitos Humanos, com propostas diferentes. Entende que: “...cabe verificar como os professores se apropriam destes conteúdos e de que maneira os desenvolvem, por vezes em situações opostas à que se pretende promover” (VAIDERGORN, 2010, p.253).

Para ele, a existência de conteúdos como a nova concepção de Direitos Humanos na educação já é significativa no sentido de se distinguir da abordagem que era dada para o mesmo tema no período da ditadura:

[...] a presença de tais conteúdos na educação formal é um avanço, se for comparado com o que se pretendeu disseminar como “cidadania” no período em que vigorou a infame Educação Moral e Cívica no ensino brasileiro, criada pelo governo autoritário em 1969 (Decreto-Lei n. 869) e extinta apenas em 1993. Na época, “direitos humanos” eram postos como arma de subversão ao regime, um risco à normalidade institucional da ditadura, por ser argumento de defesa dos opositores perseguidos, presos e torturados, apesar do Brasil ter sido signatário da Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948. Já a cidadania, que antes de 1964 aparecia na educação de maneira quase metafísica (na forma de um civismo já afastado de seu potencial transformador das conquistas revolucionárias francesas), tornou-se um discurso ajustado a um comportamento modelado nos ideais obscurantistas convergentes da direita política, dos católicos conservadores e dos militares disseminadores da Doutrina de Segurança Nacional. O fim do regime autoritário, com a instauração de um regime democrático, passou por um processo de restauração do sentido

original de cidadania e de direitos humanos – embora um longo caminho ainda tenha que ser trilhado para que ambos possam ser reconhecidos em sua plenitude” (VAIDERGORN, 2010, p. 253/254).

No tocante a fundamentação teórica, o autor apoia-se no entendimento de CARDOSO (2009), MARSHALL T.H. (1967) e SCAVINO; CANDAU (2008). O conceito de cidadania, por exemplo, vem construído com base em Marshall (1967).

Este texto, tal qual o anterior, também aborda a necessidade de se capacitar os professores, especialmente durante sua formação universitária (na grade curricular ou em cursos de extensão) para a adequada disseminação entre os estudantes. Assim:

“Tem-se, então, entre outras, uma forma escolar de disseminar os valores de cidadania e direitos humanos, idealmente fundados na tolerância. Não cabe, aqui, avaliar o fracasso ou êxito desta maneira de trabalhar conteúdos tão importantes. Trata-se, sim, de verificar de que forma os professores de ensino básico têm, em sua formação no nível universitário (ou em cursos de aperfeiçoamento), o contato com os conteúdos de cidadania e, sobretudo, de direitos humanos, por estarem em uma situação privilegiada para a disseminação destes valores entre os estudantes. Algumas carreiras possuem tais teores como matéria de estudo, nos cursos de Direito, Ciências Sociais, Filosofia, Teologia etc., o que é diferente de tê-los como conteúdo curricular de educação em direitos humanos. É saudável, pois, que surjam propostas de conteúdos a serem inseridas no ensino universitário, seja na formação de licenciados, seja como proposta de promoção e construção de uma cultura em que os direitos humanos não sejam apenas uma referência teórica longínqua” (VAIDERGORN, 2010, p.254).

Ele critica, portanto, a forma como conteúdos de Direitos Humanos estão sendo omitidos na formação universitária, em bacharelados e licenciaturas, quando aparecem sob a forma de tópicos em cidadania, por exemplo. Propõe como alternativa viável o conteúdo específico curricular de “Educação em Direitos Humanos”.

Considera-se acertado o posicionamento do autor em especial no que tange às licenciaturas que se ocupam da formação de professores. O ensino de Direitos Humanos pode proporcionar as ferramentas adequadas para o trabalho em sala de componentes como a Constituição Federal, Declaração Universal dos Direitos Humanos, dentre outros.

Existe uma crítica, principalmente em Candau (2012), relacionada ao ensino de Direitos Humanos ser encarado como a mera existência normativa desses conteúdos aplicadas ao tema da diversidade. Propõe como alternativa treinar os educadores para aplicarem esses conteúdos em sala.

Acredita-se que a existência desses conteúdos de fato não garante que os Direitos Humanos voltem-se para cumprir sua finalidade (garantir a cidadania, democracia e empoderamento dos menos favorecidos), contudo, a ciência de seus direitos é o primeiro passo para efetivá-los.

O autor cita dois textos presentes na obra de Scaviano e Candau (2008) voltadas para o ensino de Direitos Humanos no contexto universitário:

“A primeira delas, Educação em direitos humanos: temas, questões e propostas (Sacavino & Candau, 2008), trata das atividades desenvolvidas pela organização não governamental Novamerica, que tem como propósito desenvolver o Programa Direitos Humanos, Educação e Cidadania, promovido pela Rede Interinstitucional Educação em Direitos Humanos, Cidadania e Democracia. Entre os textos do livro, há o capítulo “Educação em direitos humanos e formação de professores/as” (p. 73-92), de Vera Maria Candau, que trata, como indica o título, da formação de professores. A autora situa no texto o desenvolvimento da educação em direitos humanos na América Latina, que, de uma forma geral, é bem recente e relaciona-se mais às práticas de educação popular e não formal e de militantes dos direitos humanos.[...] A segunda experiência refere-se à introdução de disciplina eletiva sobre direitos humanos em cursos de licenciatura, na USP (Cátedra UNESCO de Educação para a Paz, Direitos Humanos, Democracia e Tolerância) e na PUC-Rio. A autora descreve a disciplina desta última, organizada em torno de três grandes unidades, que tratam dos fundamentos e contextos dos direitos humanos, da análise de documentos internacionais e nacionais que são referências para os direitos humanos e para a discussão de temas atuais voltados para a escola” (VAIDERGORN, 2010, p.255/256).

Vaidergorn completa com suas impressões sobre a segunda obra estudada, também sobre o ensino de Direitos Humanos, porém com uma proposta diferente da anteriormente analisada:

“Com uma pretensão diferente, o livro Educação em direitos humanos na formação universitária: textos para seminários (Cardoso, 2009) traz uma proposta de inserir o tema direitos humanos na formação universitária de

maneira sistemática, através de conteúdos voltados a cada uma das áreas de formação acadêmica. A coletânea foi produzida pelo Observatório de Educação em Direitos Humanos da UNESP, sediado na Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação, em Bauru, e apresenta, neste primeiro volume, dez textos destinados a diferentes cursos: Filosofia, História, Sociologia, Política, Educação, Comunicação, Saúde Pública, Biologia, Direito e Relações Internacionais. Embora desiguais (o que é absolutamente normal em uma obra com tal intento), os capítulos fornecem uma estimulante possibilidade de desenvolver, a partir do interesse dos docentes e alunos, uma abertura para a importância dos direitos humanos no contexto da profissão escolhida” (VAIDERGORN, 2010, p. 256).

O estudo do autor é interessante e apresenta uma perspectiva diferenciada, já que o enfoque é apenas o ensino de Direitos Humanos no contexto universitário mas apresenta como limite ser um artigo do ano de 2010, sendo que já existem artigos (e obras, dentre as analisadas) mais modernas abordando o tema.

O quarto artigo em estudo é intitulado “Educação em Direitos Humanos: local da diferença” e foi escrito por Aura Helena Ramos. A autora segue tendência semelhante à de Candau (2012) ao afirmar que a diferença deve ser considerada no ensino de Direitos Humanos.

Segundo ela, mencionando o objetivo do artigo:

“[...] abordamos o processo de constituição curricular de Educação em Direitos Humanos (EDsHs) nos valendo do desafio de ressignificação de Direitos Humanos, o que exige que a questão seja situada no contexto das preocupações relativas ao espaço da diferença no mundo contemporâneo. Abordamos o processo instituinte do currículo de EDsHs no Brasil, ressaltando, como elementos nucleares dessa aproximação, a percepção das tensões universal/particular e igualdade/diferença, como focos centrais da análise do material empírico produzido (RAMOS, 2011, p. 191).

O texto em tela difere dos outros anteriormente citados na metodologia empregada: revisão bibliográfica, análise documental e entrevistas. A autora faz uma análise de um conjunto de textos voltados para a formação continuada de educadores e para a formulação de diretrizes curriculares de educação em Direitos Humanos.

Além disso, entrevista as organizadoras responsáveis pela elaboração das diretrizes gerais da “Educação em Direitos Humanos”, além de aprofundar nos estudos

do Plano Nacional de Educação e em Direitos Humanos – PNNEDH, dentre outros documentos.

Como se vê:

“De forma pontual, os textos analisados foram: a) Documentos relacionados à formulação de diretrizes curriculares voltadas à EDsHs: Doc. A1: PNEDH – Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (Brasil, 2007). Doc. A2: Subsídios para a elaboração das diretrizes gerais da Educação em Direitos Humanos – versão preliminar (Dias; Nader; Silveira, 2007). A3: entrevistas com as organizadoras dos Subsídios para a elaboração das diretrizes gerais da Educação em Direitos Humanos. b) Documentos relacionados a iniciativas de formação continuada de professores/as decorrentes das políticas curriculares voltadas a EDsHs: Doc. B1: Projeto Capacitação de Educadores da Rede Básica de Ensino em Educação em Direitos Humanos. 2 Doc. B2: Direitos Humanos: capacitação de educadores – volumes I e II (Zenaide, 2008). B3: entrevistas com as coordenadoras nacionais do Projeto Capacitação de Educadores da Rede Básica de Ensino em Educação em Direitos Humanos (REDH Brasil) e organizadoras da publicação da obra Direitos Humanos: capacitação de educadores – volumes I e II” (RAMOS, 2011, p. 191).

A proposta do artigo consiste em compreender como “a diferença se articula e constrói consensos no processo de luta hegemônica de constituição do currículo de Educação em Direitos Humanos” (RAMOS, 2011, p.192).

A noção de direitos, para a autora, é tão antiga quanto a história da humanidade, embora só a partir de 1948, após a Segunda Guerra Mundial, tenha sido proclamada a Declaração Universal dos Direitos Humanos. Assim:

“Um dos principais instrumentos desse esforço foi a Declaração Universal dos Direitos Humanos, texto que conserva da tradição moderna a certeza de que o acesso à cultura europeia, seus valores, sua ética, sua forma de organização social, política e econômica, é direito inalienável de todo ser humano” (RAMOS, 2011, p. 191).

Ela reconhece a importância do documento que afirma os Direitos Humanos como tema de interesse da comunidade internacional, mas não poupa críticas a uma universalidade que, segundo ela, aborda questões sensíveis à comunidade ocidental,

em um tempo determinado e sob a ótica do pensamento que, para a autora, seria o dominante até então.

Para Ramos (2011), a lógica dos Direitos Humanos deve ser pensada na afirmação da diferença e não da universalidade. Ignorar diferenças de ordem culturais, sociais, econômicas, étnicas e quaisquer outras acaba por resultar em um quadro de exclusão, quando a finalidade dos Direitos Humanos é a dignidade da pessoa humana, independente de distinções.

A autora propõe uma abordagem sobre Direitos Humanos que considera acertada, tomando como referência o currículo escolar e a incorporação de tal conteúdo:

“[...] propomos uma abordagem sobre Direitos Humanos que valorize a negociação levada a cabo em diferentes arenas de disputa hegemônica – entre as quais destacamos o currículo escolar –, entendendo que o processo de diálogo exigido para o estabelecimento dos seus elementos configuradores tem um sentido politicamente mais relevante e produtivo do que pretensões de universalidade que supostamente o produto gerado possa obter” (RAMOS, 2011, p.194).

Ela ainda vai além e, apoiada na doutrina de Candau e de Boaventura de Souza Santos, propõe uma reconceitualização dos Direitos Humanos, de forma que as diferenças sejam consideradas e que se supere a tensão entre o global (ou universal) e o local (ou diferente):

“O enfoque da problemática dos DsHs, valendo-se da sua imersão no contexto mundial contemporâneo – no qual a tensão entre o local e o global coloca em destaque a questão do reconhecimento e direito à diferença se impondo em relação ao discurso da igualdade –, tem conduzido ao questionamento da relevância do campo e levado estudiosos da envergadura de Boaventura Sousa Santos e de Vera Candau a sustentarem a necessidade de reconceitualização ou ressignificação de Direitos Humanos” (RAMOS, 2011, p.195).

Concorda-se em partes com o entendimento da autora quando é afirmado que as diferenças devem ser consideradas no estudo dos Direitos Humanos (chamadas por alguns de diversidade), porém, é importante frisar que tais diferenças não podem servir de mote para a prática de atrocidades sob o manto da proteção da cultura local.

Ela afirma que “qualquer pretensão de universalidade é uma ficção criada para subjugar a diferença” (RAMOS, 2011, p.195). Propõe uma concepção crítica da interculturalidade (RAMOS, 2011, p.197) como alternativa para se reconhecer o outro verdadeiramente, para se estabelecer um diálogo entre diferentes grupos.

Propõe, para a compreensão da produção curricular em Direitos Humanos:

“Esses dois focos (formulação de diretrizes curriculares e formação de docentes na área) inscrevem-se no conjunto de recomendações do PNEDH (Brasil, 2007) que, quanto à educação básica, já na apresentação do documento, destaca como linha de ação: 1) propor diretrizes normativas para a EDsHs; 2) promover a formação inicial e continuada dos profissionais, especialmente aqueles da área de educação e de educadores(as) sociais em Direitos Humanos, contemplando as áreas do PNEDH” (RAMOS, 2011, p.199).

O ponto alto do texto talvez seja a crítica que a autora faz para o fato de existirem não educadores (principalmente atuantes na escolarização básica) formulando políticas públicas para a educação, o que é comprovado quando analisadas as formações de quem elaborou o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH).

É exposto, ainda, um gráfico comprovando a formação acadêmica e atuação dos responsáveis pelos documentos analisados. Assim:

“[...] relativiza-se também o fato de a comunidade política que formula as propostas curriculares ser constituída por sujeitos com formação e atividade profissional sem vínculo direto com a educação escolar, sobretudo à escola, seu cotidiano e desafios pedagógicos, o que chamou nossa atenção desde a primeira leitura dos textos” (RAMOS, 2011, p.200).

A pouca incidência de educadores elaborando políticas públicas voltadas para a educação em Direitos Humanos acaba por tornar essa modalidade de ensino muito

mais próxima da realidade jurídica do que pedagógica. Entende-se que a crítica da autora é pertinente até certo ponto, já que a orientação jurídica na elaboração de diretrizes para o ensino de Direitos Humanos é importante, mas deve ser feita em conjunto com educadores.

Posteriormente, é mostrada a importância do arcabouço legislativo, portanto:

“[...] analisando esta última fala, vemos que, ao assumir uma postura crítica quanto à excessiva ancoragem da EDsHs no campo jurídico, o que se explicita é uma abordagem que também não avança muito no manejo de questões relativas à exigibilidade do cumprimento da legislação” (RAMOS, 2011, p.203).

A proposta mais sensata seria, portanto, uma abordagem interdisciplinar jurídica e pedagógica, bem como a análise das marcas discursivas dos textos curriculares, voltada para o entendimento entre universal/particular e igualdade e diferença, como propõe Ramos (2011).

Sobre a abordagem pedagógica:

“A abordagem pedagógica quanto ao sentido da EDsHs é compreendida como algo que extrapola o sentido marcadamente informativo delimitado pela perspectiva jurídica para enfatizar sua dimensão formativa – no caso, a formação de sujeitos de direitos com potencial de ação transformadora na sociedade. Marcadamente influenciada pela obra de Paulo Freire, essa perspectiva parte de fragmentos amplamente difundidos e reiterados pelo discurso crítico: democracia, cidadania, autonomia, transformação social, participação, questões que aparecem enfocadas de muitas formas [...]” (RAMOS, 2011, p.205).

Sobre a abordagem jurídica:

“A abordagem jurídica é uma abordagem informada pela proposição de ampliar a exigibilidade quanto ao cumprimento dos direitos individuais e coletivos consagrados pelos Direitos Humanos. Destaca-se a ideia de processos educativos voltados à difusão de instrumentos de reconhecimento de direitos (leis, decretos, acordos, convenções); conscientização, sensibilização e

mobilização relativas à assunção de posturas de defesa e proteção desses direitos; e socialização dos valores que fundamentam o campo dos Direitos Humanos – arcabouço jurídico, político e ético afirmado como constitutivos da cultura dos Direitos Humanos” (RAMOS, 2011, p.204).

Sobre igualdade e diferença, a autora entende que é importante diferir “aceitar o outro” e “tolerar o outro” de “compreender o outro” – é necessário entender, portanto, que alguém foi colocado nessa posição, o que naturalmente o exclui e o inferioriza. E explica:

“Nesses termos, diferença é tomada como diversidade, pluralidade, multiplicidade cultural e demanda o reconhecimento da heterogeneidade como legítima, o que implica afirmação do discurso da tolerância, convivência pacífica com o outro e a busca do consenso como estruturante da noção de Direitos Humanos, sem que se indague sobre a permanência da ideia de um mesmo como modelo (de saber, de ética, de organização social, política e econômica etc.) a ser alcançado por todos. Pelo contrário, essa é uma possibilidade apresentada como condição de alcance de uma almejada igualdade. Ou seja, no tratamento da diferença como diversidade, o discurso articulado converge para uma perspectiva condescendente, que admite a inclusão do outro sem, contudo, questionar a ordem na qual esse outro foi construído como tal, o que entendemos como uma condição para a imputação de valor universal aos princípios enunciados pelos Direitos Humanos” (RAMOS, 2011, p.209).

E não deixa de propor uma solução, que ela considera mais adequada para que o ensino de Direitos Humanos alcance sua finalidade de se promover uma sociedade (e uma escola) mais justa e igual:

“Pensar a escola não como espaço no qual a cultura dos DsHs se socializa, mas espaço no qual essa cultura é produzida e, portanto, arena de produção do currículo de EDsHs [...] Essa é uma possibilidade alternativa para que os Direitos Humanos possam ser abordados não como um conjunto normativo a ser difundido, defendido e seguido, e sim como uma experiência a ser construída, uma ética a ser inventada no diálogo que incorpora a diferença, admite o conflito e enfatiza a dimensão política que impregna toda relação social e institui sentidos provisórios e contingentes nos permanentes processos de disputa hegemônica” (RAMOS, 2011, p. 212).

O quinto e último artigo em análise “Educação e Direitos Humanos: desafios para a escola contemporânea”, de Ângela Viana Machado Fernandes e Melina Casari Paludeto aborda principalmente a idéia de que é preciso incorporar as temáticas de igualdade e dignidade humanas na educação formal e não formal.

O artigo é iniciado fazendo breve exposição sobre a discussão internacional que envolve os Direitos Humanos, passando pela Segunda Guerra Mundial, fundamental para se consolidar a Declaração Universal de 1948 até chegar na Declaração de Viena em 1993.

Aborda, em seguida, os direitos civis, políticos e sociais no estudo de Marshall (1967), Bobbio (1992) e Pinsky (2003). Sobre a concessão de direitos, as autoras acreditam em um Estado democrático em que:

“Estes só podem ser assegurados se houver um Estado democrático que entenda que todos são cidadãos livres e iguais em dignidade e direito. A dignidade, nesse sentido, torna-se um valor fundamental, essencial aos seres humanos. Enquanto a Organização das Nações Unidas (ONU) construíam as bases para sua Carta de Direitos Humanos, no Brasil vivíamos a total violação dos direitos com a ditadura militar” (FERNANDES; PALUDETO, 2010, p. 235)

Mencionam, ainda, importantes leis no Brasil que serviram para consolidar os Direitos Humanos, especialmente os voltados para a educação e para crianças e adolescentes:

“Logo após a Constituição de 1988, no Brasil, houve em 1989 a ratificação da Convenção de Haia, dos Direitos da Criança e dos Adolescentes e, em 1990, foi aprovado o Estatuto da Criança e do adolescente (ECA) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB n. 9.394/1996)” (FERNANDES; PALUDETO, 2010, p. 236).

E afirmam, sobre a educação, que:

“Contudo, antes de aprofundarmos nossa análise sobre direitos humanos e como este aparece nos documentos oficiais, como os PCNEM e o PNEDH,

descreveremos nosso entendimento sobre educação como sendo este conceito, em si mesmo, um direito humano. É na educação como prática de liberdade, na reflexão, que o indivíduo toma para si seus direitos como fatos e realidade (FERNANDES; PALUDETTO, 2010, p. 237).

As autoras dedicam parte significativa do artigo para falarem sobre suas impressões acerca da educação e sua relevância no atual contexto histórico e político da humanidade. Para elas, muito mais do que conhecimentos formais, a educação é responsável pela produção da cultura de todos os povos.

Muito mais do que um mero direito, o acesso à educação, que nem sempre foi universalizado, ainda possui índices oficiais muito aquém dos ideais. Mesmo apresentando dados de 2000 a 2002, elas mostram que:

“O direito ao acesso à educação básica, pelos dados do IBGE de 2000, ainda não tinha sido universalizado, pois 3,95% da população de 7 a 9 anos e 6,39% de 10 a 14 anos estavam fora da escola; dos analfabetos funcionais e absolutos, 42.844.220 de pessoas acima de 10 anos, ou seja, 31,4% da população desta faixa etária, ainda não liam nem escreviam. Além do acesso, a permanência, que deveria ser mantida, não o foi. Os índices de evasão e repetência eram de 19,5% em 2002. De 100 alunos que tinham acesso ao ensino fundamental, apenas 59 terminavam a oitava série e 40 chegavam ao final de ensino médio (MEC/ INEP, 2002)” (FERNANDES; PALUDETTO, 2010, p. 238).

Além das dificuldades do acesso à escola de modo universalizado, a permanência nas escolas não é garantida, já que os índices mostram uma significativa evasão na educação básica. Ou seja, o direito à educação está sendo violado quando menos pessoas tem acesso à formação e das que efetivam esse acesso, menos ainda permanecem até o final.

Buscando saber como os Direitos Humanos aparecem no âmbito da educação, especificamente em leis (BRASIL (1988, 1990, 1993, 1996, 2002, 2005, 2006), nos documentos oficiais (PCN - Parâmetros Curriculares Nacionais e o PNEDH - Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos) as autoras utilizam como metodologia a análise documental.

Também utilizam a revisão bibliográfica de autores como BOBBIO (1986, 1992, 2002), CANDAU (2008), COMPARATO (2004), MARSHALL (1967) e SACAVINO (2008). Lembrando que o estudo foi publicado em 2010, há quase seis anos, portanto, já existem indicadores mais recentes sobre acesso e evasão, bem como artigos mais novos publicados.

Conceituam sobre a educação:

“A educação em direitos humanos, ao longo de todo o processo de redemocratização e de fortalecimento do regime democrático, tem buscado contribuir para dar sustentação às ações de promoção, proteção e defesa dos direitos humanos, e de reparação das violações. Entretanto, o modelo educacional decorrente dos valores sociais não tem sido bem visto pela sociedade e por técnicos que atuam no contexto educacional. A instituição escolar não tem conseguido se transformar, ainda que seja um espaço privilegiado para atuação e reflexão” (FERNANDES; PALUDETO, 2010, p. 241/242).

Fazendo um paralelo entre o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos e os Parâmetros Curriculares Nacionais, as autoras afirmam que, na prática, é muito difícil que educadores consigam trabalhar, ao mesmo tempo, com temas como drogas, violência, sexualidade, alteridade, ética e outros.

A formação de docentes para os Direitos Humanos, tal qual nos artigos anteriores, também ganha destaque no estudo e no PNEDH:

“Em relação à formação de professores para/em direitos humanos, podemos constatar que ainda é recente e, num certo sentido, tímida a introdução desta temática ao conteúdo formativo dos docentes em geral. Isso se deve ao fato de serem poucos os sistemas de ensino, os centros de formação de educadores e de organizações que trabalham nesta perspectiva. Somado a isso, a desvalorização docente parece senso comum. O documento do PNEDH propõe que o professor insira a educação em direitos humanos nas diretrizes curriculares; integre esta educação aos conteúdos, metodologias e formas de avaliação dos sistemas de ensino; estimule os professores e colegas à reflexão e discussão do mesmo; desenvolva uma pedagogia participativa; torne a educação em direitos humanos um elemento relevante aos alunos, em todos os níveis; fomente a discussão de temas como gênero e identidade, raça e etnia, orientação sexual e religião, entre outras; apoie a formação de grêmios e conselhos escolares. Enfim, são 27 pontos de orientação para que a equipe

escolar trabalhe a temática com os alunos e a comunidade (FERNANDES; PALUDETO, 2010, p. 245).

E completam referenciando Candau:

“[...] um ponto de partida que se considera fundamental é não conceber os professores como “meros técnicos, instrutores, responsáveis unicamente pelo ensino de diferentes conteúdos e por funções de normalização e disciplinamento”. Para que haja, de fato, a formação de professores em direitos humanos, é necessário que estes sejam percebidos como profissionais mobilizadores de processos pessoais e grupais de natureza cultural e social” (CANDAU apud FERNANDES; PALUDETO, 2010, p. 245/246).

Em suas considerações finais, as autoras entendem que já houve avanços na prática da consolidação dos Direitos Humanos na educação e destaca o PNEDH (Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos), os PCNEM (Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio) e a atuação de ONGS que elaboram projetos de atuação fora do alcance estatal – referindo-se a educação não formal).

Terminam com um apelo: “E aqui podemos propor não só revisão curricular, mas a formação docente para que inclua em seu programa os direitos humanos, que são para todos e cuja proposta aconteça de fato e de direito” (FERNANDES; PALUDETO, 2010, p. 247)

Como se vê, os cinco artigos coletados com a temática de educação em Direitos Humanos possuem pontos convergentes e divergentes e cada qual a seu modo apresentam diferentes desafios e perspectivas a serem vencidos pelo educador que trabalha com o conteúdo em espaço escolar e não escolar.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho monográfico possuiu como objetivo avaliar quais são os desafios e perspectivas encontrados pelo educador no ensino de Direitos Humanos em espaços escolares e não escolares (cursos preparatórios, cursos livres, etc).

Utilizou-se como metodologia uma revisão bibliográfica em que foram pesquisados, junto ao Scielo, artigos de extrato superior publicados nos anos de 2010 a 2014, coleções Brasil, que possuem como idioma a língua portuguesa.

Com relação às áreas temáticas, foram buscadas: ciências humanas e ciências sociais aplicadas, em que se localizou cento e sessenta e cinco artigos. Posteriormente foram selecionados dez artigos que faziam referência à temática de direitos humanos voltados para o ensino/educação e direitos da criança e do adolescente.

Dos dez artigos selecionados, foram filtrados cinco para revisão bibliográfica. Dentre os cinco artigos esmiuçados, destacam-se alguns pontos em comum que nos auxiliam na compreensão dos desafios e perspectivas encontrados pelo educador, no ensino de Direitos Humanos.

Todos os autores, sem exceção, consideram a Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, e a Constituição Federal, de 1988, como marcos legislativos dentro da temática em âmbitos nacional e internacional.

Além disso, todos os artigos discutem, em maior ou menor proporção, acerca do papel do professor na promoção desses direitos na escola. Concordam, todavia, que a mera existência de leis e de pessoas apta a ensiná-las (falar sobre elas) não é o suficiente.

Apenas um autor, José Vaidergorn, voltou seu estudo exclusivamente para o ensino de Direitos Humanos na formação universitária. Mesmo sendo o menor dos artigos, o autor traz críticas e discussões bastante pertinentes, inclusive por apontar que, o ensino de Direitos Humanos na universidade se resume a algumas licenciaturas e bacharelados específicos, como Direito.

Os autores em geral assumem um posicionamento crítico sobre os PCNs (Parâmetros Curriculares Nacionais) e também sobre o PNEDH (Programa Nacional de

Educação em Direitos Humanos) por contarem com questões exaustivas, que já existem na Constituição Federal, Lei de Diretrizes e Bases e Estatuto da Criança e do Adolescente, sendo, na prática, muito difícil para o educador trabalhar todas as questões propostas, no entendimento deles.

Foi constatado que existe, no Scielo, no período e com os critérios já mencionados, pouca produção sobre o ensino de Direitos Humanos no Brasil. Além disso, nesse universo de artigos localizados, não havia nenhum, no período de agosto a novembro de 2015 (quando se desenvolveu essa pesquisa) voltado para o ensino de Direitos Humanos em contexto não escolar.

Torna-se necessário indagar os motivos pelos quais não existem produções de extrato superior, no portal acadêmico Scielo, sobre o ensino de Direitos Humanos em contexto não escolar. Um artigo analisado se refere apenas à educação não formal (o ensino transmitido pelas instituições família e Igreja, por exemplo), o que logicamente difere da educação em Direitos Humanos para cursos livres e preparatórios para concursos públicos.

Uma hipótese que poderia ser levantada consiste no fato de que professores de Direitos Humanos que atuam em contexto não escolar não necessitam de produção acadêmica para atuarem nesse mercado; sua contratação ou demissão independe de publicação ou currículo lattes, o que faz com que poucos se preocupem em escrever artigos sobre sua área de docência.

Logicamente, demonstrar essa hipótese em termos práticos exigiria um outro trabalho, em que a metodologia de pesquisa consistira em pesquisa de campo com entrevista semi-estruturada, dando a chance a educadores desses espaços de se manifestarem.

No que diz respeito aos desafios encontrados pelo educador, a revisão bibliográfica mostrou que o principal deles consiste em elaborar uma estratégia para se levar os dispositivos de lei para a prática docente, não se limitando a reproduzir letras de lei, artigos e tratados para seus educandos.

Conceitos como democracia e cidadania são fundamentais para a emancipação e empoderamento de minorias vulneráveis, nesse sentido, o ensino de Direitos

Humanos pode contribuir para despertar a consciência de direitos e senso de reivindicação do cumprimento dos mesmos por parte do Estado e da sociedade.

Outro desafio significativo encontrado nos textos estudados consiste na atuação conjunta entre juristas e educadores, já que juristas podem compreender com maestria leis positivadas, mas só educadores podem pensar a forma mais acertada de transportá-las para a vivência cotidiana da sala de aula.

Sobre as perspectivas encontradas no ensino de Direitos Humanos é importante ressaltar o papel de instituições sociais como a família, o trabalho e a Igreja, que devem estar cientes de que também atuam na educação não formal e devem contribuir com professores para divulgar a solidariedade entre povos de diferentes culturas, respeitando a diversidade e estimulando a verdadeira igualdade, aquela que considera diferenças.

O educador deve colocar-se na posição de protagonista quando se trata do ensino de Direitos Humanos, não para centralizar em si todo o conhecimento, mas para atuar como uma espécie de facilitador, que apresenta os direitos para a sociedade e consegue atingir a função para a qual foram criados: garantir a dignidade humana, a liberdade, justiça e paz no mundo.

## REFERÊNCIAS

CANDAU, Vera Maria Ferrão. **Direito À Educação, Diversidade e Educação em Direitos Humanos.** *In* Educ. Soc., Campinas, v. 33, n. 120, p. 715-726, jul.-set. 2012 Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>> Acesso em 14 de agosto de 2015.

CARVALHO Maria Elizete Guimarães; ESTÊVÃO Carlos Alberto Vilar. **Pedagogia crítica e Direitos Humanos: fundamentos para uma proposta pedagógico-crítica em Direitos Humanos.** *In* Ensaio: aval. pol. públ. Educ., Rio de Janeiro, v. 21, n. 80, p. 405-432, jul./set. 2013.

FERNANDES, Ângela Viana Machado; PALUDETO, Melina Casari. **Educação e Direitos Humanos: Desafios para a Escola Contemporânea.** *In* Cad. Cedes, Campinas, vol. 30, n. 81, p. 233-249, mai.-ago. 2010. Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>> Acesso em 15 de agosto de 2015.

FREIRE, Paulo. **A Educação na Cidade.** São Paulo: Cortez; 1991.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** São Paulo. Editora Paz e Terra, 2002.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia da esperança.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.

GALVÃO, M.C.B. **O levantamento bibliográfico e a pesquisa científica.** *In*: Laércio Joel Franco, Afonso Dinis Costa Passos. (Org.). Fundamentos de epidemiologia. 2ed. A. 398 ed. São Paulo: Manole, 2010, p. 377.

GIL, António Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** São Paulo: Editora Atlas S.A, 2008.

ONU. **Declaração Universal dos Direitos Humanos.** Disponível em: <<http://www.dhnet.org.br/direitos/deconu/textos/integra.htm#02>>. Acesso em: 05 de julho de 2015.

PIOVESAN, Flávia; CARVALHO, Luciana Paula Vaz de. (Coords.). **Direitos humanos: e Direito do Trabalho.** São Paulo: Atlas, 2010.

RAMOS, Aura Helena. **Educação em Direitos Humanos: local da diferença.** *In* Revista Brasileira de Educação, v. 16, n. 46, jan./abr. 2011.

SILVA, Plácido e. **Vocabulário Jurídico.** Vol. II; São Paulo: Forense, 1967.

VAIDERGORN, José. **Cidadania e Direitos Humanos na Formação Universitária.** *In* Cad. Cedes, Campinas, vol. 30, n. 81, p. 253-256, mai.-ago. 2010 Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>> Acesso em 16 de agosto de 2015.



**ANEXOS**

<b>Ano</b>	<b>Título</b>	<b>Autores</b>	<b>Revista</b>	<b>Classificação</b>
2010	Cidadania e Direitos Humanos na Formação Universitária	José Vaidergorn	Cadernos Cedes	A1 para Educação e Ensino
2011	Direitos Humanos e Educação para uma outra Democracia	Carlos V. Estêvão	Ensaio	A2 para Educação
2013	Educação, (In)Justiça Social e Direitos Humanos: Combatendo Desigualdades na Globalização Turbocapitalista	Eva Gamarnikow	Revista Brasileira de Educação	A1 para Educação
2013	Pedagogia Crítica e Direitos Humanos: Fundamentos para Uma Proposta Pedagógico-Crítica em Direitos Humanos	Maria Elizete Guimarães Carvalho Carlos Alberto Vilar Estêvão	Ensaio	A2 para Educação
2011	Educação em Direitos Humanos: Local Da Diferença	Aura Helena Ramos	Revista Brasileira de Educação	A1 para Educação
2010	Educação e Direitos Humanos: Desafios para a Escola Contemporânea	Angela Viana Machado Fernandes Melina Casari Paludeto	Cadernos Cedes	A1 para Educação e Ensino
2013	Direito a Educação, Diversidade e Educação em Direitos Humanos	Vera Maria Ferrão Candau	Cadernos Cedes	A1 para Educação e Ensino
2012	Diferenças Culturais,	Vera Maria Ferrão	Cadernos Cedes	A1 para Educação e

	Interculturalidade E Educação Em Direitos Humanos	Candau		Ensino
2011	Direitos Humanos No Diálogo Entre Os Campos De Conhecimento	Manfredo Araújo de Oliveira	Revista Katálysis	B1 para Sociologia
2013	Lutas Sociais E Direitos Humanos Da Criança E Do Adolescente: Uma Necessária Articulação	Aurea Satomi Fuziwara	Serviço Social & Sociedade	A1 para Serviço Social e B1 para Sociologia

Obs: foram utilizados os seguintes filtros para busca junto ao scielo

- Publicações de 2010, 2011, 2012, 2013, 2014
- Coleções brasil, idioma português
- Áreas temáticas: ciências humanas e ciências sociais aplicadas

Obs2: foram localizados 165 artigos, posteriormente foram selecionados 10 (dez) que faziam referência à temática de direitos humanos voltados para o ensino/educação.

<b>Ano</b>	<b>Título</b>	<b>Autores</b>	<b>Revista</b>	<b>Classificação</b>
2010	Cidadania e Direitos Humanos na Formação Universitária	José Vaidergorn	Cadernos Cedes	A1 para Educação e Ensino
2013	Pedagogia Crítica e Direitos Humanos: Fundamentos para Uma Proposta Pedagógico-Crítica em Direitos Humanos	Maria Elizete Guimarães Carvalho Carlos Alberto Vilar Estêvão	Ensaio	A2 para Educação
2011	Educação em Direitos Humanos: Local Da Diferença	Aura Helena Ramos	Revista Brasileira de Educação	A1 para Educação
2010	Educação e Direitos Humanos: Desafios para a Escola Contemporânea	Angela Viana Machado Fernandes Melina Casari Paludeto	Cadernos Cedes	A1 para Educação e Ensino
2013	Direito a Educação, Diversidade e Educação em Direitos Humanos	Vera Maria Ferrão Candau	Cadernos Cedes	A1 para Educação e Ensino

Obs: foram utilizados os seguintes filtros para busca junto ao Scielo

- Publicações de 2010, 2011, 2012, 2013, 2014
- Coleções brasil, idioma português
- Áreas temáticas: ciências humanas e ciências sociais aplicadas

Obs2: foram localizados 165 artigos, posteriormente foram selecionados 10 (dez) que faziam referência à temática de direitos humanos voltados para o ensino/educação.

Obs3: dos 10 (dez) artigos selecionados, foram filtrados 5 (cinco) para revisão bibliográfica.

ARTIGO	OBJETIVO GERAL	REFERENCIAL TEÓRICO	METODOLOGIA	RESULTADOS	LIMITES DE ESTUDO
<p>DIREITO À EDUCAÇÃO, DIVERSIDADE E EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS (Vera Maria Ferrão Candau)</p>	<p>Tendo por referência a tensão entre igualdade e diferença na concepção e prática dos direitos humanos, “discutir as especificidades e articulações entre o direito à educação e a educação em direitos humanos.</p> <p>Esses dois campos se entrelaçam, sendo a educação em direitos humanos considerada atualmente como um componente fundamental do direito à educação”.</p>	<p>BASOMBRI (1992)</p> <p>CANAU E SACAVINO (2000, 2009, 2010)</p> <p>HADDAD E GRACIANO (2004)</p> <p>PIOVESAN (2006)</p> <p>SANTOS (1997, 2003, 2006)</p>	<p>Revisão bibliográfica</p> <p>Análise documental</p>	<p>O estudo da autora mostra que “podem ser concebidos a partir de diferentes marcos teórico-políticos. Defendemos a perspectiva que considera que a articulação entre direitos da igualdade e direitos da diferença é uma exigência do momento atual”.</p> <p>Mostra que “a educação em direitos humanos se configura como um componente básico do direito à educação. (...) visa “promover processos educativos capazes de potencializar a vocação humana</p>	<p>A proposta da autora é excelente, porém, pouco tangível quando se torna necessário (re)pensar na prática a forma como a diversidade vem sendo tratada.</p> <p>Ela ignora o fato de que, a simples inclusão do tema “diversidade” – ainda que tratado como respeito pela diferença já representa um avanço significativo em nossa sociedade cheia de estruturas dominantes.</p>

				(Haddad, 2004) de educandos e educadores, formando sujeitos de direitos a partir do reconhecimento de suas especificidades de gênero, raça, etnia, territorialidade, etapa de vida, orientação sexual, opção religiosa, características sensório-motoras, aspectos psicológicos, de classe social, entre outras”.	
CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS NA FORMAÇÃO UNIVERSITÁRIA (José Vaidergorn)	Verificar “de que forma os professores de ensino básico têm, em sua formação no nível universitário (ou em cursos de aperfeiçoamento), o contato com os conteúdos de	CARDOSO (2009)  MARSHALL T.H. (1967)  SCAVINO E CANDAU (2008)	Revisão bibliográfica  Estudo de dois casos presentes em uma obra	O autor propõe “buscar a superação, assim, da alienação que o sistema de ensino superior, cada vez mais tecnificado e mercantilizado, vem desenvolvendo em lugar do	O estudo foi publicado em 2010, há cinco anos, portanto, já existem estudos mais recentes sobre o tema, bem como artigos mais novos publicados, não necessariamente sobre educação em

	<p>cidadania e, sobretudo, de direitos humanos, por estarem em uma situação privilegiada para a disseminação destes valores entre os estudantes”.</p>			<p>pensamento crítico e do conhecimento científico, antes privilegiados nesta etapa do ensino”.</p>	<p>DH mas sobre DH em geral.</p>
<p>EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS: LOCAL DA DIFERENÇA (Aura Helena Ramos)</p>	<p>Abordar “o processo de constituição curricular de Educação em Direitos Humanos (EDsHs) se valendo do desafio de ressignificação de Direitos Humanos, o que exige que a questão seja situada no contexto das preocupações relativas ao espaço da diferença no mundo contemporâneo”.</p>	<p>BARREIROS (2009)  CANDAU (2005, 2006, 2008)  LACLAU E MOUFFE (2004)  MACEDO (2010)  MOUFFE (2000, 2001, 2008, 2011)  PIOVESAN (2006)  SANTOS (2006)</p>	<p>Revisão bibliográfica  Análise documental  Entrevistas</p>	<p>Autora critica a visão puramente jurídica quando se fala em Educação em DH; propõe que conteúdos curriculares e políticas públicas sejam repensados mais por educadores do que por juristas. Ainda chama a atenção para a necessidade de repensar a escola como “um espaço na qual a cultura dos DHs é produzida, para que os DH possam</p>	<p>O estudo foi desenvolvido em 2010 e publicado em 2011, portanto, torna-se necessário refazer um estudo mais recente, com novas entrevistas e repensando novas propostas.  A autora critica o papel dos juristas ao mesmo tempo em que reconhece a importância dos documentos de proteção internacional;</p>

	<p>Destacou para “análise um conjunto de textos voltados à formação continuada de educadores e à formulação de diretrizes curriculares de EDsHs produzidos em razão de um projeto implementado nacionalmente, sob a coordenação da Pró-reitoria de Extensão da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), com apoio e financiamento do Ministério da Educação (MEC)”.</p>			<p>ser não um conjunto normativo a ser difundido, mas uma experiência a ser construída”.</p>	<p>Por outro lado, ela critica as concepções de DH como leis que as pessoas devem cumprir para efetivar a cidadania, posicionamento com o qual não concordamos, já que o arcabouço legislativo cumpre importante papel na regulação das relações sociais.</p>
<p>EDUCAÇÃO E DIREITOS HUMANOS: DESAFIOS PARA A ESCOLA CONTEMPORÂNEA</p>	<p>Fazer uma análise aprofundada “sobre direitos humanos e como este aparece nos documentos oficiais, como os</p>	<p>BOBBIO ( 1986, 1992, 2002)</p> <p>BRASIL (1988, 1990, 1993, 1996, 2002, 2005, 2006)</p>	<p>Revisão bibliográfica</p> <p>Análise documental</p>	<p>A autora critica o fato de não termos ainda, uma proposta curricular compatível com a noção exata de DH.</p>	<p>O estudo foi publicado em 2010, há cinco anos, portanto, já existem estudos mais recentes sobre o</p>

<p>(Ângela Viana Machado Fernandes e Melina Casari Paludeto)</p>	<p>PCNEM e o PNEDH”.</p> <p>Descrever o entendimento “sobre educação como sendo este conceito, em si mesmo, um direito humano”</p>	<p>CANDAU (2008)</p> <p>COMPARATO (2004)</p> <p>MARSHALL (1967)</p> <p>SACAVINO (2008)</p>		<p>“A educação voltada para os direitos humanos ainda não faz parte da prática nem do currículo da escola como deveria. Em momentos de crise de valores públicos e privados e da sociedade como um todo”</p> <p>Entende que: “ torna-se imperativo que a temática da igualdade e da dignidade humana não faça parte apenas de textos legais, mas que, igualmente, seja internalizada por todos que atuam tanto na educação formal como na não formal.</p>	<p>tema, bem como artigos mais novos publicados, não necessariamente sobre educação em DH mas sobre DH em geral.</p>
--	--	--	--	---	--

				<p>Propõe: “não só revisão curricular, mas a formação docente para que inclua em seu programa os direitos humanos, que são para todos e cuja proposta aconteça de fato e de direito”.</p>	
<p>PEDAGOGIA CRÍTICA E DIREITOS HUMANOS: FUNDAMENTOS PARA UMA PROPOSTA PEDAGÓGICO-CRÍTICA EM DIREITOS HUMANOS (Maria Elizete Guimarães Carvalho e Carlos Alberto Vilar Estêvão)</p>	<p>“O trabalho tem o propósito de discutir um fundamento teórico-crítico para a Educação em Direitos Humanos, buscando novas formas de investigação e de análise para sua compreensão, apropriando-se de conceitos críticos como conscientização, autonomia, diálogo e emancipação”.</p>	<p>ANDRADE (2006)</p> <p>BOBBIO (2004)</p> <p>BRASIL (2006)</p> <p>FREIRE (1993, 1994, 2000, 2002, 2004, 2011)</p> <p>GIROUX (1983)</p> <p>MACLAREN E OUTROS (2008)</p> <p>SILVA (1999)</p> <p>SILVA (2010)</p>	<p>Revisão bibliográfica</p>	<p>Este artigo mostra, principalmente, a importância da concepção pedagógica Freireana para a efetivação de uma proposta de se trabalhar DH na universidade e educação básica.</p> <p>Autores enfocam a compreensão de “que existem interfaces, intersecções entre a Pedagogia Crítica e a EDH que</p>	<p>Autores citam muitas obras estrangeiras para falar sobre uma questão essencialmente brasileira.</p>

		TORRES (2003)		<p>precisam ser consideradas e analisadas”.</p> <p>Vislumbram a possibilidade de “trabalhar a EDH, considerando princípios, saberes e práticas da Pedagogia Crítica, relevantes para a construção do sujeito de direitos”.</p>	
--	--	---------------	--	--	--